

ATA NÚMERO 291/XII/3.^a SL

Aos 27 dias do mês de junho de 2014, pelas 14:30 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

14h30

1. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 236/XII/3.^a (GOV) - Cria a contribuição de sustentabilidade e ajusta a taxa contributiva dos trabalhadores do sistema previdencial de segurança social e do regime de proteção social convergente, prevista, respetivamente, no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, e no Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro, e altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, e o Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de agosto.
2. Outros assuntos.

15h00

Audição da Senhora Ministra de Estado e das Finanças, nos termos das audições periódicas previstas no n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República

14h30

1. **Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 236/XII/3.^a (GOV) – Cria a contribuição de sustentabilidade e ajusta a taxa contributiva dos trabalhadores do sistema previdencial de segurança social e do regime de proteção social convergente, prevista, respetivamente, no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, e no Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro, e altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, e o Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de agosto.**

O Senhor Presidente recordou as propostas de audições apresentadas por PCP e PS,

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

respetivamente, no âmbito da apreciação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 236/XII/3.ª \(GOV\)](#), tendo o Senhor Deputado Pedro Jesus Marques (PS) intervindo para fundamentar as propostas de audições apresentadas pelo PS e informado que, atento o parecer remetido nessa manhã pela Ordem dos Advogados e pela Câmara dos Solicitadores, dispensava o pedido de audição. O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) propôs que fosse realizada uma audição dos parceiros sociais, não dando consenso às audições de MURPI e APRE, apresentando, ainda, dúvidas sobre a utilidade de audição do Governo, atenta a posição conhecida do Executivo sobre esta matéria. Interveio, de seguida, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP), que subscreveu as propostas do PS e deu conta das propostas do PCP, considerando fundamental a audição da Frente Comum, tendo em conta a sua importância em matéria da Administração Pública. Usou, ainda, da palavra o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE), que reiterou a importância da audição do Governo, bem como as entidades de reformados anteriormente citadas, tendo o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) aventado a possibilidade de o Secretário de Estado da Administração Pública ser ouvido em audição sucessivamente à audição sobre outro diploma, a ser brevemente apreciado pela Comissão. Interveio, ainda, a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP), que subscreveu a intervenção anterior, sem prejuízo da audição dos parceiros sociais.

Nestes termos, foi consensualizado efetuar uma audição das entidades patronais e audições das centrais sindicais. Não se registando consenso, foram votadas as propostas de audição da Frente Comum e, de seguida, do MURPI e da APRE, todas rejeitadas com os votos favoráveis de PS, PCP e BE, e contra de PSD e CDS-PP. Quanto ao Governo, foi acordado solicitar a audição do Governo, atenta a representação ocorrida no debate na generalidade, sendo ainda consensualizado articular os trabalhos de especialidade com a Comissão de Segurança Social e Trabalho.

Por fim, foi consensualizado definir como prazo limite para a apresentação de propostas de alteração as 21h00 de 8 de julho, com vista à discussão e votação, na especialidade, na tarde do dia seguinte, para efeitos de votação final global na sessão plenária de dia 10 de julho.

2. Outros assuntos.

O Senhor Presidente transmitiu às Senhoras e Senhores Deputados presentes a preocupação da Mesa e dos Coordenadores dos Grupos Parlamentares, atentas as competências da COFAP, com a estabilidade do setor financeiro, considerando que a Comissão deve acompanhar de perto – no respeito pelas competências do Governo e do regulador do setor –

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

nomeadamente as matérias respeitantes ao processo de recapitalização da banca, bem como aos recentes acontecimentos no grupo BES, tendo para tal proposto uma reunião de trabalho com o Banco de Portugal que deu conta que, face à lei em vigor em matéria de sigilo bancário, não poderia prestar esclarecimentos a não ser em sede de Comissão de inquérito. O Senhor Presidente da Comissão concluiu que, ainda assim, a COFAP mantém o interesse e empenho no acompanhamento destas matérias.

Não se registando outros assuntos, o Senhor Presidente suspendeu os trabalhos.

15h00

Audição da Senhora Ministra de Estado e das Finanças, nos termos das audições periódicas previstas no n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República

O Senhor Presidente reiniciou, de imediato, os trabalhos dando as boas vindas à Senhora Ministra de Estado e das Finanças e aos Senhores Secretários de Estado, bem como às Senhoras e Senhores Deputados presentes, enquadrando a reunião no âmbito das audições regulares da Comissão com a equipa do Ministério das Finanças, sendo a presente a última audição da Sessão Legislativa em curso.

De seguida, deu a palavra à Senhora Ministra, que efetuou uma alocução inicial. Efetuou uma interpelação à Mesa o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), solicitando a distribuição da intervenção inicial da Senhora Ministra, prontamente distribuída, após o que se deu início ao debate.

No âmbito da primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados João Galamba (PS), Duarte Pacheco (PSD), Cecília Meireles (CDS-PP), Paulo Sá (PCP) e Pedro Filipe Soares (BE), tendo a Senhora Ministra usado da palavra para responder, individualmente, às questões colocadas. Interveio, também, o Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento.

Em sede de segunda ronda, usaram da palavra os Senhores Deputados João Galamba (PS), Fernando Virgílio Macedo (PSD), Cecília Meireles (CDS-PP), Paulo Sá (PCP), Pedro Filipe Soares (BE), tendo ainda intervindo os Senhores Deputados Miguel Tiago (PCP), Cristóvão Crespo (PSD) e Pedro Jesus Marques (PS), após o que a Senhora Ministra usou da palavra para responder ao conjunto de questões colocadas. Intervieram, também, os Senhores Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento; do Tesouro; dos Assuntos Fiscais.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

O Senhor Presidente agradeceu as informações prestadas e deu por concluídos os trabalhos, agradecendo à equipa ministerial e aos Senhores Deputados a presença. Diversas informações sobre a audição, nomeadamente a sua gravação, estão disponíveis na [página internet](#) da Comissão.

A reunião foi encerrada às 18:25 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 27 de junho de 2014

**O PRESIDENTE,
EDUARDO CABRITA**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
Fernando Barbosa
Fernando Virgílio Macedo
João Galamba
Jorge Paulo Oliveira
Nuno Reis
Paulo Sá
Pedro Filipe Soares
Pedro Jesus Marques
Pedro Nuno Santos
Sónia Fertuzinhos
Maria das Mercês Borges
Nuno Serra
Vasco Cunha

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Paulo Correia
José de Matos Rosa

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Santos